

**As relações entre Estados Unidos e América Latina (1889-1930):
da Primeira Conferência Pan-Americana ao anti-imperialismo latino-americano**

Rafael Pinheiro de Araujo¹

Rafael Affonso de Miranda Alonso²

Resumo: A história política da América Latina ao longo do século XX foi marcada de muitas maneiras pelo imperialismo e pelas respostas anti-imperialistas construídas na região em torno da primeira questão. Estas influenciaram, sobretudo, intelectuais, movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, fossem estes radicais reformistas ou comunistas revolucionários. Suas palavras e ações políticas voltavam-se notadamente contra os Estados Unidos, que ainda na década de 1890 redimensionaram sua política externa para a região ao adotarem uma postura favorável à penetração do seu capital nas economias latino-americanas. Evidentemente, a postura estadunidense gerou resistências, que passaram a se avolumar nas três primeiras décadas do século XX. Abordaremos neste artigo a difusão do anti-imperialismo na América Latina nas primeiras décadas do século XX a partir de algumas de suas manifestações e os elementos históricos das relações internacionais entre Estados Unidos e América Latina que fizeram dos norte-americanos os alvos preferenciais da retórica anti-imperialista na região.

¹ Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil. Doutor em História pelo PPGHC/UFRJ (2013). Tem experiência na área de História da América nos séculos XX e XXI e História Contemporânea, com ênfase em História do Tempo Presente, História Política, História da Venezuela nos séculos XX e XXI e História das Relações Internacionais. Participa como historiador convidado do projeto "1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War" organizado pela Freie Universität e pelo Friedrich-Meinecke-Institut. Pesquisador associado ao Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET) da UFS. É membro do comitê científico da Revista Expressão Científica (REC) do IFS. E-mail: rafa.ara@gmail.com

² Professor Adjunto IV de História da América na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil. Doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2009). Possui mestrado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) (2002). Foi graduado e licenciado em História pela UERJ (1998). Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq - Estudos Históricos Latino-Americanos e Coordenador e Pesquisador do Núcleo de Estudos de História Política da América Latina (NEHPAL) do IM-UFRRJ. E-mail: rafael.rafaelalonso@gmail.com



Palavras-chaves

Estados Unidos, Imperialismo, Anti-imperialismo, América Latina.

The relations between the United States and Latin America (1889-1930): From the first Pan American Conference to the Latin American Anti-imperialism

Abstract: The political history of Latin America throughout the twentieth century was marked in many ways by imperialism and the anti-imperialist responses built in the region around the first question. These mainly influenced intellectuals, social movements, and left-wing political parties, radical reformists or revolutionary communists. His political words and actions turned sharply against the United States, which in the 1890s re-sized its foreign policy for the region by adopting a position favorable to the penetration of its capital into the Latin American economies. Evidently, the US posture generated resistance. These grew in the first three decades of the twentieth century. We will discuss in this article the spread of anti-imperialism in Latin America in the first decades of the twentieth century from some of its manifestations and the historical elements of international relations between the United States and Latin America, which made the North Americans the preferred targets of rhetoric anti-imperialist in the region.

Keywords: United States, Imperialism, Anti-imperialism, Latin America

Artigo recebido em: 30/05/2018

Artigo aprovado em: 04/12/2018



Estados Unidos e América Latina: os caminhos de uma tensa relação durante décadas iniciais do século XX

Ao longo das últimas duas últimas décadas do século XIX, os Estados Unidos modificaram as diretrizes de sua política externa para a América Latina. Alguns autores, como V. G. Kiernan, Sidney Lens e Philip Jenkins, na esteira de trabalhos clássicos anteriores como os de Charles Beard e Walter LaFeber, relacionaram tal momento histórico à emergência de algo que poderia ser definido como o “novo imperialismo”. Falar em uma nova dimensão imperialista significa, em primeiro lugar, considerar que outras políticas imperialistas acompanharam a história dos Estados Unidos há mais tempo, já que o novo assume essa caracterização em relação a algo já existente.

Para apenas indicar as linhas gerais dessa caracterização, que permitia identificar uma matriz imperialista mais antiga e outra mais nova, posta em marcha nas últimas décadas do século XIX, sobretudo a partir da década de 1890, Sidney Lens, por exemplo, salientava que o próprio processo de constituição territorial dos Estados Unidos já exibia claramente aspectos de uma política imperialista. Entretanto, tais elementos podiam se camuflar com mais facilidade em uma naturalização do processo histórico que considerava a expansão territorial do país como um processo interno. Porém, na verdade, sobretudo na guerra contra o México (1845-1848), estávamos diante de um clássico processo de aquisição de terras no exterior e incorporação destas ao território nacional, sendo neste último caso, em detrimento de uma república independente vizinha.

Cabe notar que o próprio uso da expressão *Imperialismo* no léxico das discussões e caracterizações do mundo da política entrava em voga sobretudo a partir dos anos 1870 na Inglaterra³. Nesse sentido, o processo histórico dos Estados Unidos apresentava-se como uma experiência passível de ser associada aos tipos de fenômenos que passaram a ser interpretados como expressões de tal era imperialista, de acordo com a periodização clássica apresentada por Hobsbawm na *Era dos Impérios (1875-1914)*.

3 Cf. *Imperialismo* em: DICIONÁRIO DE POLÍTICA. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfrancesco Paquino. Brasília, Editora da UnB, 2007 (vol.I).

Para nos ajudar a perceber com clareza o tipo de fenômeno que se estava buscando apreender analiticamente, algo que começou a ganhar forma em termos teóricos apenas nas últimas décadas do século XIX, podemos utilizar uma útil definição apresentada em uma obra de referência, na qual os “os fenômenos usualmente ligados” ao Imperialismo foram caracterizados como:

(...) expansão violenta por parte dos Estados, ou de sistemas políticos análogos, da área territorial da sua influência ou poder direto, e formas de exploração econômica em prejuízo dos estados ou povos subjugados, geralmente conexas com tais fenômenos (...). (DICIONÁRIO DE POLÍTICA. BOBBIO; MATTEUCCI e PASQUINO, 2007, p.611)

Cabe portanto notar que nessa chave de interpretação inicial do Imperialismo, a referência principal que se busca evidenciar está relacionada a fenômenos associados ao terreno da política, ou seja, a expansão dos Estados nacionais e de sistemas políticos e aumento de sua influência em determinadas áreas geográficas não necessariamente contíguas ao território original do Estado imperialista.

Alguns anos mais tarde, estudos sistemáticos sobre as engrenagens da economia moderna levaram muitos autores diretamente ao centro de processos imperialistas em uma tentativa de compreender teoricamente o fenômeno relacionando-o às dinâmicas e ao funcionamento do moderno sistema capitalista. São exemplos desse esforço intelectual compartilhados por uma mesma geração de intelectuais, obras como as de Hobson, *Imperialismo, um Estudo* (1902) e *Evolução do Capitalismo Moderno* (1906), Hilferding, *O Capital Financeiro* (1910), Bukharin, *Imperialismo e a Economia Mundial* (1915) e Lênin, *Imperialismo: fase superior do capitalismo* (1917).

Voltando à nossa breve apresentação de algumas particularidades dos processos históricos vividos pelos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, Kiernan ressaltava ainda a ligação direta entre esses dois momentos imperialistas a partir da manutenção da relevância de um discurso de forte apelo missionário e expansionista que ligava a matriz do “destino manifesto” e da Doutrina Monroe aos imperativos econômicos, comerciais e geopolíticos do país ao findar o século XIX. Sobre tal passagem, que



caracterizaria o movimento de passagem de uma era imperialista a outra, sendo esta última exatamente o que o autor caracterizava como o “novo imperialismo”, ele escreveu:

(...) Foi parcialmente um mal-estar psicológico, o sentido de uma marcha para o Oeste que havia consumido séculos chegando ao fim tão rapidamente sem nenhuma alternativa à vista. “A fronteira acabou”, escreveu Jackson Turner em 1893, “e com isso encerrou o primeiro período da história americana”. Mas a vida americana tinha ficado imbuída de um “caráter expansivo” que não podia ser descartado: “O intelecto americano demandará continuamente um campo sempre mais amplo para se exercitar (...)”. (KIERNAN, 2009, p.137).

Como era frequente em todas as manifestações expansionistas naquela era clássica do imperialismo, seja nos Estados Unidos ou nos países europeus, sempre havia algum tipo de justificativa moral que apelava à missão civilizadora do Ocidente em relação aos recantos atrasados do mundo, fossem estes localizados na África, Ásia ou no continente americano. Nos Estados Unidos, apelos com um forte componente religioso também influenciavam significativamente a construção do discurso imperialista empregado com uma conotação francamente positiva.

Um exemplo clássico desse tipo de manifestação podia ser encontrado em um famoso escrito do reverendo Josiah Strong, que, em seu livro *Our Country*, de 1885, insistia que:

Os Estados Unidos com seu “gênio anglo-saxão para a colonização”, deviam espalhar as bênçãos do protestantismo e democracia, “na direção do México, América central e do Sul, para as ilhas do mar, para a África e além” (SELLERS, C.; MAY, H; McMILLEN, N., 1990, p. 264).

Após a guerra civil (1861-1865), momento marcante para o início da dissolução das anacrônicas estruturas escravistas do sul do país, os norte-americanos galvanizaram a sua construção enquanto potência capitalista. Entre 1865 e a década de 1890, verifica-se um período de forte desenvolvimento econômico. Contribuíram para isso a mobilização do seu capital financeiro e aproveitamento das suas potencialidades, como recursos naturais, indústrias e mercado interno (BOSCH, 2011, p. 213-215).

O desenho do império norte-americano havia sido elaborado por William Seward, secretário de estado entre 1861 e 1868 nas administrações de Abraham Lincoln e Andrew



Johnson. Suas formulações influenciaram a política externa e o modelo de desenvolvimento econômico durante as três últimas décadas do século XIX. Assim, além de ser um defensor da industrialização e da integração física do país, Seward foi uma inspiração de grande influência política, econômica e militar para a ação dos estados Unidos no Caribe e no Pacífico (BOSCH, 2011, p. 283).

Adotando paradigmas de relações internacionais análogos aos dos europeus, eles buscaram garantir a paz e a ordem em áreas consideradas vitais para seus interesses. Por isso, eles reafirmaram os postulados políticos da Doutrina Monroe, se opuseram às ingerências europeias no hemisfério americano, estabeleceram acordos diplomáticos com os latino-americanos a fim de sedimentar sua liderança política e econômica continental assim como expandiram seus monopólios industriais e financeiros, utilizando amplamente seu poder naval e intervenções militares. O expansionismo externo foi visto pelos governos norte-americanos como uma continuidade natural do seu crescimento interno e, além dos pressupostos monroístas, se sedimentou na teoria do destino manifesto bem como no discurso de defesa da liberdade (SANTOS, 2001, p. 311-316; KIERNAN, 2009, p. 152-155).

Portanto, cabe notar ao encerrarmos esta introdução que o expansionismo dos Estados Unidos e o seu processo de construção imperial sempre fez a opção preferencial pela constituição de uma rede de estados satélites e clientes em vez da constituição formal de colônias, como foi observado na experiência das potências europeias durante a mesma época. Sobre isso, ao analisar em um estudo introdutório à obra de Kiernan já citada por nós acima, Hobsbawm observou:

O império americano consistia, portanto, em Estados tecnicamente independentes seguindo, na essência, os comandos de Washington; mas, dada a sua independência, isto exigia contínua e substancial prontidão em exercer pressão direta e indireta em seus governos e, se preciso (como nas minirrepúblicas da região caribenha), periódica e unilateral intervenção armada. (KIERNAN, 2009, p. 11).



A 1ª Conferência Pan-Americana (1889-1890) e o redimensionamento das diretrizes da política externa norte-americana

As novas premissas da política externa estadunidense se materializaram na organização da 1ª Conferência Pan-Americana, ocorrida em Washington entre outubro de 1889 e abril de 1890. Tratava-se de uma iniciativa que nos dizia muito sobre as novas dimensões da política externa dos EUA em relação à América Latina. Mais do que isso, marcava no campo da diplomacia o amadurecimento dos esforços em estabelecer novas prioridades, no contexto de uma política mais geral de afirmação e garantia dos interesses imperialistas dos EUA na região.

A figura central na articulação dos esforços para tornar a América Latina um dos eixos centrais para a configuração do “novo imperialismo” estadunidense foi James G. Blaine (1830-1893). Ele apresentava as características de uma figura que se tornaria típica na política nos Estados Unidos: o homem de negócios encarregado de questões de Estado e formulação de políticas públicas no campo das relações exteriores. Tal figura, em que se confundiam as agendas dos donos do capital – comerciantes, industriais, investidores – e as políticas externas abraçadas pelo estado Nacional, nos remete à discussão já realizada por autores como Sidney Lens em “A Fabricação do Império Americano” quando analisou, em dois importantes capítulos, as formas pelas quais “o comércio segue a bandeira” e a “bandeira segue o comércio” (LENS, 2006).

James Blaine foi líder e presidente da Câmara, depois Secretário de Estado e ainda candidato presidencial em 1884 e 1888, tendo desistido da candidatura nesta última oportunidade. Havia constituído a sua trajetória como um republicano autêntico, com ideias protecionistas relacionadas ao seu país, mas por outro lado defendia uma agenda de comércio exterior agressiva para os Estados Unidos. Porém, o que mais nos interessa nessa discussão é perceber em Blaine um dos principais articuladores na defesa de uma forte ampliação das relações dos Estados Unidos com a América Latina. Isto significava convencer a outros atores políticos importantes sobre a relevância para os Estados Unidos



em colocar a região da América Latina como um todo como uma de suas prioridades estratégicas.

Steven Topik escreveu o seguinte sobre tal questão; “Blaine era o principal defensor de uma política latino-americana mais agressiva” (TOPIK, 2009, p.78). O mesmo historiador estadunidense o considerava o principal antecipador do famoso *Corolário Roosevelt*, doutrina que estabelecia a ideia dos Estados Unidos funcionando como uma espécie de polícia hemisférica no continente americano. Vale transcrever aqui o trecho mais relevante desse documento central da afirmação inequívoca das aspirações e políticas abertamente imperialistas dos Estados Unidos em relação à América Latina:

Todo país cujo povo se comporta bem pode contar com nossa calorosa amizade. Se uma nação demonstra saber agir com eficiência e decência razoáveis em questões sociais e políticas, se mantém a ordem e paga suas dívidas, não precisa temer a interferência dos Estados Unidos. Corrupção crônica ou uma impotência resultante do relaxamento geral dos laços de uma sociedade civilizada podem, em última instância, na América ou em qualquer outro lugar, requerer a ação de uma nação civilizada; e, no hemisfério ocidental, a adesão dos estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçá-los, embora com relutância, em casos flagrantes desta corrupção ou impotência, ao *exercício de um poder de polícia internacional* (grifos nossos) (LENS, 2006, p.312).

Plenamente de acordo, portanto, com a trajetória política e com as ideias que sempre haviam sido defendidas por Blaine em relação à América Latina, emergiria a sua iniciativa mais ousada: a organização de uma Conferência Panamericana. Topik ressalta o caráter historicamente frágil e sempre inconstante de todas as iniciativas anteriores relacionadas a uma política exterior latino-americana mais consequente e sistemática por parte dos Estados Unidos durante todo o século XIX. Os próprios fracassos de Blaine como Secretário de Estado durante o seu primeiro mandato no cargo (1881) em relação a tornar viáveis as suas iniciativas políticas para região atestariam essa falta de interesse em eleger a América Latina como uma prioridade estratégica para os Estados Unidos.



Em 1889, porém, o projeto de Blaine foi enfim executado com a organização da Primeira Conferência Panamericana em Washington⁴. A mera realização da Conferência já nos fornece um indicativo relevante de que a percepção em relação à região latina do continente americano estava mudando e, enfim, passava a ser considerada mais a sério pela política exterior do estado ianque.

A Conferência tinha como objetivo básico aproximar a América Latina da esfera de influência dos Estados Unidos e constituir dessa forma um sistema pan-americano. Podem-se mencionar como exemplo duas propostas apresentadas pelos Estados Unidos para alavancar sua influência no hemisfério americano: a união aduaneira continental e a sua indicação como o intermediário de negociações diplomáticas decorrentes de conflitos regionais. As duas proposições foram rechaçadas pela maioria das nações reunidas em Washington. O receio em relação às pretensões hegemônicas estadunidenses e a identificação dos prováveis prejuízos às suas economias nacionais, em decorrência da união aduaneira, impeliram a repulsa aos planos apresentados pelos Estados Unidos.

Sobre os resultados da Conferência, importantes autores estadunidenses escreveram suas impressões em uma obra bem conhecida:

A Conferência Pan-Americana de 1889 só apresentou pífios resultados, porém, a própria ideia de pan-americanismo sofreu com as manobras arrogantes de Blaine de mediar litígios na América do Sul. A unidade hemisférica debilitou-se ainda mais em 1891 quando os Estados Unidos aparentemente ameaçaram ir a Guerra com o Chile por causa de um distúrbio de cais envolvendo marinheiros norte-americanos (SELLERS, C.; MAY, H; McMILLEN, N., 1990, p. 266).

Não se pode esquecer que durante as últimas décadas do século XIX, todos os países da região ainda se encontravam inseridos, em diferentes níveis de intensidade, em redes de

4 Outras edições das Conferências Pan-americanas, até a década de 1930, ocorreram na Cidade do México, em 1901-1902; no Rio de Janeiro, em 1906; em Buenos Aires, em 1910; em Santiago do Chile, em 1923; em Havana, em 1928; em Montevideú, em 1933; em Lima, em 1938; em Bogotá, em 1948 e, por fim, a última ocorreu em Caracas, em 1954.

relações econômicas e comerciais marcadas pelo controle e pelos interesses britânicos, que possuíam forte influência econômica na região.

Talvez a posição exposta pela Argentina⁵ (e também pelo Uruguai) na Conferência nos mostre a face mais evidente desse processo. Os argentinos haviam alcançado importantes níveis de prosperidade econômica ao se basearem em uma profunda relação de complementaridade econômica com a Inglaterra, pois representavam importantes fornecedores de produtos primários ao país. Retamar escreveu que a Argentina encontrava-se plenamente inserida nas redes de comércio controladas pela Inglaterra e se contrapôs veementemente a qualquer projeto continental de natureza livre cambista sob a liderança e inspiração dos interesses dos Estados Unidos. (RETAMAR, 2005, p. 17).

Naquele mesmo momento, o ativista político, jornalista e intelectual cubano José Martí (1853-1895)⁶ já claramente percebia o que movia os Estados Unidos em direção à América Latina. Esse tema foi inclusive um dos eixos centrais do seu conjunto de escritos que seriam reunidos sob o título de Nuestra América (MARTÍ, 2005), uma clara alusão às diferenças históricas, estruturais e de destino que separavam a “nuestra” América Latina, da América representada pelos Estados Unidos.

Porém, o relativo fracasso da primeira Conferência Pan-Americana não inviabilizaria a continuidade dos esforços naquela direção por parte dos Estados Unidos bem como a realização de futuras Conferências com a mesma natureza, que perdurariam até 1954, e a liderança hemisférica dos estadunidenses. (SANTOS, 2001, p. 315-316). Não obstante, portanto, ao relativo fracasso em implantar o objetivo máximo da reunião, isto é, a construção de uma União Aduaneira entre os países do continente americano, a ideia do pan-americanismo, com avanços e recuos, foi se inserindo como fator de balizamento das relações entre os Estados Unidos e os demais países da região. Para além das questões que

5 Especificamente sobre a Argentina e os EUA nas Conferências Pan-Americanas ver o importante trabalho de Leandro Morgenfeld: *Vecinos en conflicto. Argentina y Estados Unidos en las Conferencias Panamericanas (1880-1955)*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2011.

6 José Martí viveu em Nova Iorque de 1881 a 1895, experiência que o permitia escrever com grande conhecimento dos temas e processos vividos nos Estados Unidos e que explicava uma de suas passagens mais conhecidas a respeito desse país e seus interesses em relação à América Latina “(...) vivi no monstro e conheço as suas entranhas”. Ver em MARTÍ, 2005.

apontavam para as ponderações de caráter econômico realizadas pelos governos latino-americanos acerca da oportunidade ou não para a constituição de um sistema pan-americano, que fatalmente afetaria as enraizadas e sólidas relações com os britânicos, como foi mencionado acima, outras considerações também deviam ser observadas. Em termos políticos, uma parte importante do desencantamento inicial de muitos países com o projeto consolidou-se quando se viram frustradas as esperanças de que um eventual organismo multilateral de natureza pan-americana pudesse servir de freio às ações de força levadas adiante pelos Estados Unidos na região, pelo menos desde 1898, com a intervenção no processo de independência cubana (REGALADO, 2006, p.120-121)

A partir de então, configura-se a noção do pan-americanismo como instrumento político utilizado pelos Estados Unidos para unificar as relações interamericanas e justificar a construção da sua própria supremacia em nosso continente sob os argumentos de que a relação estabelecida em tal nível de cooperação traria benefícios para todos os países, de acordo com as suas potencialidades, diante de um almejado espaço de livre-comércio nas Américas. A ideologia por detrás dessa iniciativa diplomática continental buscava realçar o mito da unidade geográfica da América e foi utilizada para tentar demonstrar a afinidade política entre todos os países do continente.

A proeminência política dos Estados Unidos em nosso hemisfério já se manifestava claramente em iniciativas importantes a partir das intermediações realizadas junto à Inglaterra para construir uma solução sobre sua disputa fronteiriça com os venezuelanos pelo Território de Essequibo⁷, situado entre a Venezuela e a Guiana, então colônia da

7 Em 1831, a Inglaterra iniciou a colonização da Guiana. Durante o século XIX, mediante o uso da força e manobras legais, os ingleses ocuparam um vasto território na região fronteiriça entre a sua ex-colônia e a Venezuela. Embora os venezuelanos tenham conseguido obstruir o objetivo inglês de alcançar o Rio Orinoco, o expansionismo garantiu o controle da Guiana Essequiba ou o Território de Essequibo, cuja área possui aproximadamente 159.500 Km² e está inserida no Planalto das Guianas. Em 1877, os venezuelanos demandaram negociações internacionais para resolver esse litígio fronteiriço. A partir de uma proposta da principal potência mundial do século XIX, foi constituído um tribunal internacional sem a presença de venezuelanos e que foi composto por ingleses, russos e os norte-americanos. Em 1899, o Laudo Arbitral de Paris validou o controle inglês sobre a região de Essequibo, reconhecendo à Venezuela, apenas, o controle da desembocadura do Rio Orinoco. Embora tenha referendado essa sentença arbitral em 1907, as reclamações venezuelanas sobre Essequibo foram retomadas na década de 1960 e persistem sem uma solução até o início do século XXI.

Inglaterra (SMITH, 1991, p. 81-82). Em 1897 foi instituído um Tribunal Internacional formado por árbitros da Inglaterra, Estados Unidos e Rússia. Os norte-americanos representaram os venezuelanos, que não participaram com os seus juízes dessas negociações.

Em 1898, a intervenção norte-americana na segunda guerra de independência de Cuba (1895-1898) foi repetidamente tratada por muitos autores, porém não sem controvérsias historiográficas⁸ como um ponto de inflexão central, marcando em termos práticos a aplicação da nova política abertamente imperialista em relação à América Latina e que, segundo autores como Kiernan, definiu o significado do “novo imperialismo” dos EUA.

Durante as primeiras três décadas do século XX, suas ações se centraram na América Central e no Caribe, locais que foram identificados, desde as formulações de Seward, como “zonas de segurança” que deveriam servir aos seus interesses políticos, econômicos e estratégicos. Na ocasião, os Estados Unidos intervieram no segundo ciclo de guerras pela emancipação realizada pelos cubanos contra os espanhóis.⁹ A explosão do navio *Maine* na baía de Havana, em fevereiro daquele ano, foi o pretexto para os norte-americanos deflagrarem os conflitos com os espanhóis, tendo início então a guerra hispano-americana.

O conflito deu aos EUA a justificativa para uma ação militar intervencionista, que inclusive contou com uma massiva campanha de opinião pública, algo que passava a se tornar um importante fator político junto ao decisivo papel político desempenhando pelos principais jornais da época no país. Estes abraçaram o tema cubano a partir do viés da intervenção humanitária, motivação que teria uma longa história como escudo moral das políticas imperialistas dos EUA ao redor do mundo ao longo de todo século XX e inclusive até atualmente. Além disso, ela possuiu outros dois significados internos relevantes para a sua história: desencadeou um furor patriótico que reestabeleceu a unidade nacional após as

8 Como breve introdução a essas controvérsias historiográficas ver SELLERS, C.; MAY, H; McMILLEN, N., 1990, p. 275-278.

9 A última guerra perpetrada pelos cubanos por sua independência ocorreu entre 1895 e 1898. Na ocasião, a opinião pública norte-americana e vários dos seus líderes políticos realizaram críticas ao domínio espanhol sobre a ilha, proclamando simpatias por sua emancipação.

divisões internas derivadas da Guerra de Civil (1861-1865) e permitiu o apaziguamento dos conflitos sociais transcorridos durante a década de 1890 (BOSCH, 2011, p. 297).

A guerra hispano-americana levou à ocupação da ilha pelos norte-americanos. A independência “de fato” de Cuba somente ocorreu em março de 1902, após o fim da administração norte-americana e a transferência dos poderes para o recém-eleito presidente cubano Tomás Estrada Palma, um ex-colaborador de José Martí no Partido Revolucionário Cubano. A aprovação da Emenda Platt¹⁰ pelo Congresso dos Estados Unidos, em 1901, estabeleceria os fundamentos da futura relação entre os dois países (ÁLVAREZ, 2012, p. 260-261).

Além do controle de Cuba, outros territórios como Porto Rico e Guam foram cedidos pelos espanhóis aos Estados Unidos como indenização de guerra. Por fim, no marco do expansionismo pelo Pacífico, iniciado com a anexação do Havaí, o presidente norte-americano William McKinley, em nome da “educação, civilização e cristianização” dos filipinos¹¹, angariou a compra do arquipélago junto aos espanhóis por US\$ 20 milhões (BOSCH, 2011, p. 301).

Pode-se dizer, portanto, e nisso encontramos um grande consenso entre os estudos que analisam as relações exteriores entre os Estados Unidos e a América Latina, bem como o caráter imperialista empreendido pelos primeiros nessa relação, que entre 1880 e 1933, presenciamos a primeira fase de intervenções norte-americanas na América Latina. Duas grandes linhas de condução política foram frequentemente estabelecidas como os paradigmas da atuação estadunidense naquele período: a chamada política do *Big Stick* (grande porrete), legitimadora do uso da força militar em países centro-americanos e

10 O mais controvertido e simbólico artigo da Emenda Platt foi o terceiro. Este garantiu aos Estados Unidos o direito de intervir em Cuba para garantir a sua emancipação e a existência de um governo alinhado com a proteção da vida, da propriedade e da liberdade individual. Os outros preâmbulos restringiam os poderes de Cuba para contrair dívidas, estabeleciam tratados com outras nações e permitiam aos norte-americanos comprar a base de Guantánamo.

11 Entre 1899-1902 a resistência filipina à colonização norte-americana resultou em um conflito envolvendo aproximadamente 50.000 soldados filipinos liderados por Emilio Aguinaldo. O conflito mobilizou uma parcela da opinião pública estadunidense que se colocou contrária à ação imperialista, pois isso feriria os princípios democráticos e liberais por eles defendidos. Porém, esse grupo não conseguiu interferir nas ações do governo, que consolidou a ocupação do arquipélago em 1902.

caribenhos e potencialmente extensivo a todos os países da região, conforme já havia ficado claramente exposto no Coroloário Roosevelt de 1904 e a *Diplomacia do Dólar*, que materializou as pressões econômicas norte-americanas a partir da regulação do endividamento latino-americano e das importações de suas burguesias e burocracias (CASANOVA, 1987, p. 17-18).

Nas três primeiras décadas dos séculos XX, destacaram-se as ações intervencionistas, afinadas ao *Big Stick*, nos seguintes países: 1903 (Panamá); Cuba (1906-1909; 1917); Haiti (1915-1934); Nicarágua (1912-1925 e 1926-1933), e na República Dominicana (1916-1924). No caso panamenho, o apoio dos Estados Unidos ao movimento de separação em relação à Colômbia, que culminou em sua independência em 1903, decorreu do seu desejo de construção do *istmo* de ligação dos oceanos Atlântico e o Pacífico, visto ser visto como fundamental para os interesses estratégicos e comerciais dos norte-americanos.

Deve-se notar que a vontade de ligação dos dois oceanos esteve presente na política externa norte-americana, e também inglesa, para o Caribe durante a segunda metade do século XIX, o que levou a ações dos dois países no Panamá e na Nicarágua. Neste último caso, as disputas entre ambos promoveram a assinatura do Tratado Clayton-Bulwer, em abril de 1850, estabelecendo uma solução conciliadora para as tensões entre norte-americanos e ingleses por desejarem construir um canal inter-oceânico na Nicarágua. Pelas negociações, sua realização em qualquer parte da América Central aconteceria somente a partir da existência de um comum acordo entre as duas nações e sem seu controle exclusivo (SMITH, 1991, p. 75-76).

A postura abertamente imperialista adotada pelos Estados Unidos em sua relação com a América Latina após 1898 levou os latino-americanos a reagirem sobre a postura do “irmão do norte”. As preocupações com as ações ianques na região, já expostas nos escritos de José Martí, também estiveram presentes em importantes trabalhos do fim do século XIX, como o poema “Azul” (1888) e a obra Ariel (1900), elaborados, respectivamente, por Rubén Darío (1867-1916) e José Henrique Rodó (1871-1917).

Após a Revolução Mexicana e a vitória dos bolcheviques na Rússia, em outubro de 1917, difundiram-se uma série de iniciativas culturais, artísticas e intelectuais na região.



Estas não só rediscutiram a história latino-americana e defenderam a edificação de novos laços identitários, como também adotaram um tom fortemente crítico à postura abertamente intervencionista dos Estados Unidos. Com isso, conforme veremos no próximo item deste ensaio, difundiu-se a proposta anti-imperialista entre círculos militantes e intelectuais da região ao longo das décadas de 1920 e 1930.

A propagação do anti-imperialismo na América Latina ao longo das décadas de 1920 e 1930

As quatro primeiras décadas do século XX marcaram um período de mudanças sociopolíticas, intelectuais e identitárias na América Latina. Essas transformações decorreram do crescimento econômico vivenciado após a década de 1850 bem como pelos efeitos da 1ª Guerra Mundial (1914-1918). A primeira foi responsável pela maior relevância nas sociedades latino-americanas da classe média, dos profissionais liberais e dos operários. Esses grupos ganharam protagonismo em nossas sociedades ao longo da primeira metade do século passado, pois foram tributários da significativa expansão econômica ocorrida na região entre aquela década e a deflagração da guerra, em 1914 (LEWIS, 2001, p. 85-90; ROCA, 2001, p. 115-117).

Por outro lado, o fim da 1ª Guerra Mundial e a proximidade da celebração dos centenários também propiciaram alterações nos paradigmas intelectuais latino-americanos. Desenvolveu-se uma nova identidade nacional ou continental que se afastou dos modelos europeus, que foram considerados inadequados às realidades sociais latino-americanas. Presenciamos formulações teóricas e o surgimento de grupos políticos que rediscutiram o passado colonial e a herança cultural hispânica; assistimos ao alastramento dos debates sobre a questão indígena, sobretudo no México após a revolução, e observamos o nascimento de correntes estéticas que reivindicaram a natureza da nação e das suas identidades (COMPAGNON, 2014, p. 18-19). Emanou-se, ainda, um nacionalismo político e cultural que adquiriu densidade no interregno de paz transcorrido durante a Grande Guerra



do século XX e que, inegavelmente, contribuiu para a importância das consignas anti-imperialistas¹² durante as décadas de 1920 e 1930 na América Latina.

Destacamos ainda que nas relações internacionais, o pós-1ª guerra mundial acelerou o processo de substituição da influência inglesa pela norte-americana na região. A exceção foi a Argentina, que manteve uma forte vinculação política e econômica com os ingleses até 1945 (MILLER, 2001, p. 295-296). O maior protagonismo adquirido pelos norte-americanos entre 1918 e 1933 ocorreu concomitantemente à utilização do intervencionismo militar, como discutimos anteriormente.

Esse imperialismo de novo tipo, representado pela afirmação e consolidação dos interesses políticos e econômicos estadunidenses na América Latina, teria importantes repercussões na região, tanto em termos culturais e ideológicos, como nos debates voltados a questões econômicas e políticas. Todas essas repercussões nos trazem elementos para contextualizar o surgimento desse nacionalismo de novo tipo ao qual nos referimos.

Não resta dúvida de que tal influência e pressão se deram de modo muito desigual, pesando imediatamente com mais intensidade já na virada do século XIX para o século XX, mas sobretudo a partir das primeiras décadas deste último, sobre as porções de terra centro-americanas e caribenhas, além do vizinho México. Em seu último ano de vida, José Martí, que pioneiramente percebeu o fenômeno em toda a sua amplitude, declarou a um amigo em uma carta:

Ya estoy todos los dias en peligro de dar mi vida por mi país, y por mi deber – puesto que lo entiendo y tengo ánimos com que realizarlo – de

12 As elaborações versadas sobre a constituição de frentes anti-imperialistas fundamentaram-se nas “Teses Gerais sobre a Questão do Oriente”, votadas no quarto congresso da III Internacional Comunista, em novembro de 1922. Sua formulação tinha o objetivo de orientar os partidos comunistas a apoiarem os movimentos nacionalistas e anticoloniais que se desenvolviam nas colônias europeias após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A luta contra a opressão política e econômica realizada pelas nações imperialistas era central e abrangia os seguintes pontos: (i) congruência das forças revolucionárias na luta contra o imperialismo; (ii) busca de autonomia e de independência política (iii) luta pela democratização do sistema político; (iv) liberdade de organização operária; (v) direitos sociais, entre outros pontos. As sucessivas intervenções militares norte-americanas, o alargamento da influência do marxismo e a formação dos partidos comunistas na América Latina nas décadas de 1920 e 1930 contribuíram para que essa proposta influenciasse círculos intelectuais e militantes latino-americanos. Por isso, a composição dos paradigmas anti-imperialistas se constituíram enquanto paradigmas centrais da luta política na região.

impedir a tiempo con la independencia de Cuba que se extiendan por las Antillas los Estados Unidos y caigan, con esa fuerza más, sobre nuestras tierras de América. Cuanto hice hasta hoy, y haré, es para eso impedir (...) que en Cuba se abra, por la anexión de los imperialistas de Allá y los españoles, que se há de cegar, y con nuestra sangre estamos cegando, de la anexión de los pueblos de nuestra América al Norte revuelto y brutal que los desprecia (José Martí, In: RETAMAR, 2006, p. 41).

Esse tipo de percepção apontava para um novo elemento que se fazia fortemente presente, sobretudo a partir das primeiras décadas do século XX, isto é, uma hostilidade difusa em relação às políticas dos Estados Unidos, que assumiam abertamente a postura arrogante de uma potência expansiva e missionária diante de seus vizinhos latinos do Sul.

No caso argentino, a década de 1920 notabilizou-se pelo desenvolvimento de uma retórica nacionalista que impulsionou críticas aos investimentos norte-americanos no país. Tal postura contou com o apoio de grupos políticos conservadores e dos produtores rurais, sobretudo dos pampas, que estavam insatisfeitos com o protecionismo econômico praticado pelos Estados Unidos. Segundo eles, tal postura limitava o ingresso de produtos oriundos da agricultura e da pecuária no mercado interno daquele país e, em razão disso, a postura nacionalista contra os norte-americanos foi se alastrando (ROCK, 2001, p. 158-163).

O nacionalismo argentino da década de 1920 também se expressou na defesa do monopólio estatal nas atividades vinculadas à indústria do petróleo (extração, refino, distribuição e produção de derivados) e nas críticas à presença dos capitais privados estrangeiros, sobretudo dos Estados Unidos, em tal atividade produtiva. Esses debates se expressaram de forma clara na campanha eleitoral de 1928. Na ocasião, o candidato da União Cívica Radical (UCR), Hipólito Yrigoyen, defendeu a monopolização pela estatal argentina Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) das distintas fases de produção do petróleo (ROCK, 2001, p. 158-160).

A difusão do nacionalismo na Argentina ocorreu em um momento no qual se avolumaram as representações afirmativas sobre as sociedades latino-americanas e se disseminava uma consciência continental entre os intelectuais e parcelas da sociedade civil da região. Influenciada pelo modernismo, presenciamos um período durante o qual fomentaram-se a rediscussão da história dos países da região e de (re) construção das



identidades nacionais em um mundo que redefinia os seus paradigmas civilizacionais após a catástrofe da guerra (PELLEGRINO, 2006, p. 242-243).

Além de redesenhar os paradigmas culturais iberoamericanos, presenciamos preocupações com temáticas políticas naqueles círculos intelectuais e artísticos. Isso levou a disseminação pela região de temáticas como: indoamericanismo, reformismo, revolução, anti-imperialismo e nacionalismo. Como “pano de fundo”, havia uma preocupação com os problemas nacionais e reflexões sobre o domínio oligárquico na região.

Os impactos da vitória dos bolcheviques em 1917 possibilitaram a constituição de partidos comunistas, impulsionaram a sindicalização de trabalhadores mineiros e dos centros urbanos e alavancaram uma produção intelectual vinculada ao marxismo. Destacaram-se alguns personagens de esquerda ao longo das duas décadas que se seguiram à revolução de outubro, tais como o chileno Luís Emílio Recabarren e o cubano Julio Antonio Mella. Ambos foram fundadores, respectivamente, dos partidos comunistas no Chile e em Cuba, além de terem formulado análises sobre a aliança operária-camponesa, as características do proletariado latino-americano e o papel da luta de classes na história da região (SADER, 2006, P. 502).

Outro personagem importante foi o peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930), um dos mais importantes intelectuais marxistas latino-americanos da primeira metade do século XX. Em sua obra mais conhecida, *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana* (1928) e em artigos publicados na Revista Amauta¹³, ele resgatou a significância do coletivismo e do comunitarismo, típicos das tradições indígenas, para defender sua importância na construção do socialismo no Peru e em países com predominância demográfica indígena.

Influenciado pela Revolução de Outubro e pelos debates que se seguiram no interior do marxismo, Mariátegui defendeu que a revolução socialista consistia no único meio de

13 A Revista Amauta foi fundada em 1926 por José Carlos Mariátegui. Ela serviu como um instrumento de difusão das ideias de intelectuais peruanos, como Luis E. Valcárcel, Alejandro Peralta, Miguel Ángel Urquieta, Enrique López Albújar, Alcides Spelucín e Víctor Raúl Haya de la Torre. A revista contribuiu para a propagação das formulações de distintas correntes teóricas peruanas, como a psicanálise, o cubismo, a literatura russa e, sobretudo, o indigenismo. Ver: *Revista Amauta*. Disponível em: <http://archivo.mariategui.org/index.php/revista-amauta> Acesso: Maio/2018.

ruptura com o imperialismo e o latifúndio na América Latina. Ele advogou pela constituição de uma frente revolucionária policlassista que unisse operários, camponeses e intelectuais progressistas, sob a liderança dos primeiros. O marxista peruano também defendeu que as tradições culturais e de organização produtiva dos indígenas deveriam ser incorporadas ao programa revolucionário, pois tinham nítidos traços de um comunismo primitivo.

Nesse sentido, destacamos que o anti-imperialismo consistiu em uma das formulações teóricas centrais da América Latina. Essa modalidade de resistência política e cultural mobilizou o imaginário político de heterogêneos grupos sociais e assumiu em vários momentos da nossa história um contorno antiamericanista. Como destacou Ana Maria Vara, o anti-imperialismo foi um contra-discurso articulado nas décadas iniciais do século XX. Vivenciávamos na ocasião o primeiro ciclo de insurreições populares e ações coletivas que marcaram a nossa história durante aquela centúria. Essa forma de reação política e cultural também se destacou em outros períodos, como no ciclo de lutas populares entre as décadas de 1960 e 1970 (VARA, 2013: P. 102).

Entre 1925 e 1935, a difusão das consígnas anti-imperialistas contou com a contribuição da Liga Anti-Imperialista das Américas. Associação esta criada em princípios de 1925 na Cidade do México e, apesar de sua duração de apenas uma década, contribuiu para que a perspectiva anti-imperialista se disseminasse em nossa região. Seu surgimento decorreu de uma tentativa do *Comintern* em fomentar uma organização que lutasse contra a ingerência norte-americana na América Latina e reunisse grupos sociais identificados com as bandeiras políticas anti-imperialistas. A sua sede encontrava-se no México e havia representações políticas em diversos países, como Argentina, Brasil, Cuba, El Salvador, Porto Rico, entre outros (PRADO E PELLEGRINO, 2014, p. 114; DERAS, Roberto, 2013, p. 297-298).

Como exemplo relevante de movimento anti-imperialista na América Latina ao longo das décadas de 1920 e 1930, tivemos a Ação Popular Revolucionária Americana (APRA). Fundada em 1924 no México pelo jovem líder estudantil exilado, Victor Raúl



Haya de la Torre (1895-1979)¹⁴, contou também em seus anos iniciais com a ativa participação de Mariátegui.¹⁵

A APRA surgia associada à ideia de criação de uma frente única de trabalhadores manuais e intelectuais que deviam se unir para fazer frente aos setores oligárquicos associados aos interesses imperialistas. Esse seria o denominador comum que permitiria que as teses defendidas por uma frente com essa natureza política tivessem a capacidade de se reproduzir por toda a América Latina, já que apesar das singularidades de cada nação, a luta anti-imperialista, ainda que a partir de processos distintos, podia fazer sentido em toda a região.

As teses de Haya de la Torre e da APRA poderiam ser resumidas, de maneira esquemática, do seguinte modo: *Objetivo Inicial* → *Revolução* → *Democrática, Antifeudal, Anti-imperialista*. Os atores mais importantes dentro desse esquema seriam três classes consideradas anti-imperialistas: (1) *operários*; (2) *camponeses*; (3) *classes médias e intelectuais*. Em linhas bastante gerais, as propostas apristas baseavam-se na luta pelo estabelecimento de um capitalismo de Estado organizado por um Estado anti-imperialista. Para isso, Haya de la Torre formulou em 1926 um artigo que se tornou famoso, “Que és el APRA”, contendo um *Programa Mínimo dos Cinco Pontos* para toda a América Latina. Consciente das peculiaridades de cada formação nacional, sugeriu que programas mínimos fossem desenvolvidos pelos grupos partidários nacionais. Os cinco pontos mencionados acima foram os seguintes:

1. Ação contra o Imperialismo.
2. Pela Unidade Política da América Latina.

14 Haya de la Torre fora expulso do Peru em 1923 pelo ditador Augusto Leguía. As informações sobre a militância de Haya de la Torre e do APRA foram retiradas de TURNER, Jorge. *Notas sobre el antiimperialismo y el APRA*. IN: *La Teoría Social Latino-Americana. Los Orígenes (tomo I)*. Ruy Mauro Marini y M. Millán (coords.). México D.F., Ediciones El Caballito. 1994

15 Mariátegui romperia com a APRA em 1928 por divergências táticas e ideológicas com Haya de la Torre, líder incontestável da organização. Foram três as divergências teóricas mais significativas entre esses dois personagens históricos: a caracterização da sociedade peruana (feudal ou capitalista) e a questão do imperialismo, os atores sociais a serem protagonistas da revolução e o modelo de revolução (socialista ou democrático-burguesa/etapista).



3. Pela Nacionalização das Terras e das Indústrias.
4. Pela Internacionalização do Canal do Panamá.
5. Pela solidariedade com todos os povos e classes oprimidas do mundo.

Nota-se, antes de tudo, a sintonia do objetivo inicial proposto por Haya – a revolução democrática, antifeudal e anti-imperialista – com as teses da 3ª Internacional Comunista. Com o passar do tempo, tal tese se tornaria uma verdadeira “camisa-de-força” teórica e política para os quadros políticos latino-americanos que buscassem construir projetos revolucionários na América Latina e outras áreas periféricas do mundo. A criação da IV Internacional Comunista, em 1938, expressou, de certa forma, o descontentamento de grupos revolucionários com as diretrizes soviéticas e marcou um novo momento da esquerda mundial e também latino-americana.

Dessa forma, observamos que o anti-imperialismo consistiu em uma bandeira política central dos grupos nacionalistas, socialistas e comunistas da América Latina. Tal proposta foi uma das expressões teóricas que ganharam notoriedade entre as décadas de 1920 e 1930, momento durante o qual se disseminou em círculos da intelectualidade, da classe média, dos operários e da juventude o desejo por mudanças que levassem à destruição do domínio oligárquico. Na ocasião, o desejo de participação política, obtenção de benefícios sociais e construção de uma verdadeira cidadania política reivindicadas por aqueles grupos se misturavam a críticas às ações imperialistas norte-americanas na América Latina.

Com a eclosão da crise econômica de 1929, presenciamos um novo momento histórico na América Latina. A crise dos sistemas políticos oligárquicos foi processada de formas distintas nos países da região. Porém, ficou claro, inclusive para importantes frações de setores políticos conservadores que compartilhavam os benefícios do estado oligárquico, que os antigos regimes não poderiam mais se reproduzir indefinidamente sem ajustar as contas com as novas realidades sociais e políticas. Tais realidades se manifestavam de muitas formas, incluindo na criação de novos partidos e movimentos políticos, mobilização de amplos movimentos estudantis, crescente sindicalização do operariado e organização do



movimento dos trabalhadores. Essas realidades também se revelavam em contextos tais como no prestígio crescente de ideias e soluções inspiradas no movimento socialista, em protestos e politização gradativas dos setores de classe média das principais cidades e mesmo na atuação política de dissidências oriundas do próprio campo oligárquico, como foram os casos de Madero no México, Irigoyen na Argentina ou Vargas no Brasil.

Naquela nova fase, desde o início do governo de Franklin D. Roosevelt, os norte-americanos começaram a rever os paradigmas da sua política externa para a região com a formulação da chamada *política de boa vizinhança*. Foi a partir desse momento que o intervencionismo militar passou a ser substituído pelo cooperativismo político e econômico e pela unidade hemisférica. Na prática, a coerção foi substituída pela persuasão em nome da manutenção do controle e da dominação dos norte-americanos (VALIM, 2017, p. 36-38).

O distanciamento da opção militarista foi acordado na Sétima Conferência dos Estados Americanos, realizada em 1933, em Montevidéu, a partir da qual forjou-se a tendência de não interferência armada na América Latina. Mesmo diante das insurreições populares nitidamente antioligárquicas, anti-imperialistas e nacionalistas na Nicarágua (1933) e El Salvador (1934), tal postura norte-americana não se alterou. Isso, porém, não levou à diminuição da influência do anti-imperialismo nos círculos de esquerda da região, visto que suas consignas continuaram a ser centrais nas formulações dos grupos de esquerda ao longo da década de 1930.

Considerações finais

Apresentamos neste ensaio elementos das relações internacionais entre os Estados Unidos e a América Latina ao longo do período entre 1889 e o início da década de 1930. Longe de esgotarmos o vasto debate historiográfico sobre o tema, avaliamos as diretrizes da política externa norte-americana a partir da 1ª Conferência Pan-Americana e como sua postura para a região, após a interferência na segunda guerra de independência cubana, contribuiu para que as formulações anti-imperialistas se dissipassem entre militantes e intelectuais latino-americanos durante as primeiras décadas do século XX.



Discutimos ainda a influência do anti-imperialismo até a década de 1930. A partir da avaliação dos impactos da revolução bolchevique na América Latina, debatemos características centrais dessa proposta na região, além de refletirmos sobre os trabalhos teóricos de alguns dos seus autores mais relevantes, usados como exemplo e referência para as discussões deste artigo.

Por fim, destacamos que as reflexões sobre o imperialismo e, particularmente, o processo de formação imperial dos Estados Unidos e o anti-imperialismo são fundamentais para a compreensão da própria história latino-americana, desde pelo menos as duas últimas décadas do século XIX. O anti-imperialismo tornou-se uma referência política constante tanto em obras produzidas por muitas gerações de intelectuais na região quanto nas formulações produzidas por movimentos sociais, partidos nacionalistas, socialistas e comunistas e lideranças políticas da região.

Referências Bibliográficas

ÁLVAREZ, Alejandro Garcia. *Cuba*. IN: MALAMUD, Carlos (coord). *Ruptura y reconciliación - España y el reconocimiento de las independencias latinoamericanas*. Madri, Fundación Mapfre, 2012. P. 73-105.

BOSCH, Aurora. *História de Estados Unidos, 1776-1945*. Barcelona, Editora Crítica, 2011.

CASANOVA, Pablo Gonzáles. *História Contemporânea da América Latina*. São Paulo, Editora Vértice, 1987.

COMPAGNON, Oliver. *O adeus à Europa – a América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro, Rocco, 2014.

DERAS, Roberto. *Una mirada al antiimperialismo latinoamericano desde la invasión norteamericana en Nicaragua y la fundación de la Liga Anti-Imperialista de San Salvador (1926-1927)*. Revista Realidad, nº 136, p. 281-323, 2013. Disponível em:



http://www.uca.edu.sv/upload_w/8/archivo/1391120489-52ead069152c4.pdf Acesso: Abril/2018.

DICIONÁRIO DE POLÍTICA. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfrancesco Paquino. Brasília, Editora da UnB, 2007 (vol.I).

JENKINS, Philip. *Breve Historia de Estados Unidos*. Madrid, Alianza Editorial, 2009.

KIERNAN, V. G. *Estados Unidos: o novo imperialismo. Da Colonização Branca a Hegemonia Mundial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

LENS, Sidney. *A Fabricação do Império Americano – da Revolução ao Vietnã: uma história do imperialismo dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

LEWIS, Colin M. *Economías de Exportación*. IN: MORA, Enrique Ayaa e CARBÓ, Eduino Posada. *História General de América Latina (Volume VII)*. Paris/Madri. Ediciones Unesco e Editorial Trotta, 2001. P. 79-109.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. Org. Michael Lowy. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2005.

MARTÍ, José. *Política de Nuestra América*. Buenos Aires, Siglo XXI Eds, 2005.

MILLER, Nicola. *Las potencias mundiales y América Latina desde 1930*. IN: PALACIOS, Marco y WEINBERG, Gregorio. *História General de América Latina (Volume VIII)*. Paris/Madri. Ediciones Unesco e Editorial Trotta, 2001. P. 293-318.

PELLEGRINO, Gabriela. *Diálogos culturais latino-americanos na primeira metade do século XX*. Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós Graduados de História, São Paulo, Vol. 32, p. 241-256, 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2426/1516>. Acesso em: 18 set. 2016.

PRADO, Maria Lúcia e PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo, Editora Contexto, 2014.



REGALADO, Roberto. *América Latina entre Siglos. Dominación, Crisis, Lucha Social y Alternativas Políticas de la Izquierda*. Melbourne; Nueva York; La Habana, Ocean Press, 2006.

RETAMAR, Roberto Fernández. *Caliban Quinientos Años más Tarde*. Nuevo Texto Crítico, n.11, 1993.

_____ (2005), Prólogo. In, MARTÍ, José. *Política de Nuestra América*. Buenos Aires, Siglo XXI Eds, 2005.

ROCA, Adolfo Meisel. *Mercados Internos, Industrialización y Finanzas*. IN: MORA, Enrique Ayaa e CARBÓ, Eduino Posada. *História General de América Latina (Volume VII)*. Paris/Madri. Ediciones Unesco e Editorial Trotta, 2001. P. 111-129.

ROCK, David. Argentina, de la primera guerra mundial a la revolución de 1930. IN: *História de la Argentina*. Madri, Editora Crítica, 2001. P. 137-166.

SADER, Emir. *Esquerda*. IN: SADER, Emir e JINKINGS, Ivana. *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. Editorial Boitempo, 2006. P. 501-509.

SANTOS, Luis Claudio Villfañe. *Las Relaciones Interamericanas*. IN: MORA, Enrique Ayaa e CARBÓ, Eduino Posada. *História General de América Latina (Volume VII)*. Paris/Madri. Ediciones Unesco e Editorial Trotta, 2001. P. 311-329

SELLERS, C.; MAY, H; McMILLEN, N. (1990), *Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Lorge Zahar Ed.

SMITH, Robert. *América Latina, Los Estados Unidos y las potencias europeas, 1830-1930*. IN: BETHELL, Leslie (org). *História de América Latina - Economía y Sociedad*. Barcelona, Editorial Crítica, 1991.

TOPIK, Steven. *Comércio e Canhoneiras. Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-1897)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.



VALIM, Alexandre Busko. *O Triunfo da Persuasão*. São Paulo, Editora Alameda, 2017.

VARA, Ana Maria. *Sangre que se nos va. Naturaleza, literatura y protesta social en América Latina*. Sevilla, CSIC, 2013.

Fontes

Revista Amauta. Disponível em: <http://archivo.mariategui.org/index.php/revista-amauta>
Acesso. 01. Fev de 2018.

